



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE B	ASSEMBLEIA NACIONAL: <i>Secretaria-Geral:</i> Extracto de despacho n° 507/2017: Concedendo licença sem vencimento a António Monteiro Teixeira, telefonista, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional. 562
	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS: <i>Gabinete do Ministro:</i> Despacho n° 33/2017: Designando os dois membros, restantes, da Comissão de Avaliação e Negociação, da responsabilidade do membro do governo responsável pela área das finanças..... 563 <i>Direcção Nacional da Administração Pública:</i> Extracto de despacho n° 508/2017: Aposentando Eduardo Fernandes Moreira, professor do ensino básico assistente do quadro do Ministério da Educação..... 563 Extracto de despacho n° 509/2017: Aposentando Cesária Antónia Rocha, apoio operacional nível II, do quadro de pessoal do Ministério da Justiça e Trabalho..... 563 Extracto de despacho n° 510/2017: Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Joana Lopes Furtado, na qualidade de conjugue sobrevivente de Miguel Mendes Furtado..... 563 Extracto de despacho n° 511/2017: Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Deusa Maria Mendes Furtado na qualidade de filha maior de Miguel Mendes Furtado. 563 Extracto de despacho n° 512/2017: Aposentando Maria Dias Morais, ajudante de serviços gerais, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional. 564
PARTE C	

Extracto de despacho nº 513/2017:	
Aposentando Crispino Fernandes Furtado, ex-conferente, do quadro do pessoal da Capitania dos Portos de Sotavento.....	564
Extracto de despacho nº 514/2017:	
Aposentando António da Graça Baía, professor do ensino básico assistente do quadro do Ministério da Educação.....	564
Extracto de despacho nº 515/2017:	
Aposentando Alcinda Mendes Furtado, professora do ensino básico assistente do quadro do Ministério da Educação.....	564
Extracto de despacho nº 516/2017:	
Aposentando João Carlos Tancredo, monitor especial do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	564
Extracto de despacho nº 517/2017:	
Aposentando Maria Helena Almeida Correia, professora do ensino básico assistente do quadro do Ministério da Educação.....	564
Extracto de despacho nº 518/2017:	
Aposentando Domingas Lopes de Brito Veiga, professora do posto escolar do quadro do Ministério da Educação.....	564
Extracto de despacho nº 519/2017:	
Aposentando Ana Maria Ramos Lopes e Castro, professora primária do quadro do Ministério da Educação.....	565
Extracto de despacho nº 520/2017:	
Aposentando Celina Mendes Cabral Baptista, professora do ensino básico assistente do quadro do Ministério da Educação.....	565
Extracto de despacho nº 521/2017:	
Revolvendo a pensão de aposentação de Orlando Tavares Almeida Pires, apoio operacional nível II da Câmara Municipal da Praia.....	565
Extracto de despacho nº 522/2017:	
Aposentando Mário Ferreira Lopes Camões Embaixador do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.....	565
Extracto de despacho nº 523/2017:	
Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Maria Margarida da Fonseca Rodrigues, na qualidade de conjugue sobrevivente de Timóteo dos Reis Contina.....	565
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:	
<i>Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i>	
Extracto de despacho nº 524/2017:	
Nomeando a Delegada da Direcção-Geral do Trabalho, na Delegação Regional do Sal.....	566
Extracto de despacho nº 525/2017:	
Nomeando o Delegado da Direcção-Geral do Trabalho, na Delegação Regional de São Vicente.....	566
Extracto de despacho nº 526/2017:	
Nomeando o Delegado da Inspeção-Geral do Trabalho, na Delegação Regional do Sal.....	566
Extracto de despacho nº 527/2017:	
Nomeando a Diretora de Serviço do Gabinete de Promoção da Cidadania e do Acesso ao Direito (GPCIAD).....	566
Extracto de despacho nº 528/2017:	
Nomeando o Diretor de Serviço do Gabinete de Estudos, Planeamento Estratégico e Cooperação Institucional (GEPEC).....	566
Extracto de despacho nº 529/2017:	
Nomeando o Diretor-adjunto da Cadeia Central de São Vicente.....	566
Extracto de despacho nº 530/2017:	
Nomeando a Diretora da Cadeia Regional de Ponta do Sol.....	566
Extracto de contrato de trabalho, a termo certo nº 4/2017:	
Ingressando a Dra. Grace Elízia Lopes do Rosário.....	566
<i>Direcção Nacional da Polícia Judiciária:</i>	
Extracto de despacho conjunto nº 531/2017:	
Concede a prorrogação de licença sem vencimento, a Virgílio Lopes Varela, para exercício de funções com carácter precário em organismo internacional.....	567

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:***Instituto Universitário da Educação:*****Extrato de despacho nº 532/2017:**

Promovendo Fernanda Maria de Brito Vera-Cruz Pinto, professora, assistente graduado, do quadro definitivo da Escola de Formação de Professores da Praia, à categoria de assistente coordenador. 567

Extrato de despacho nº 533/2017:

Promovendo Jorge Humberto Duarte, professor assistente, do quadro definitivo da Escola de Formação de Professores do Mindelo, à categoria de assistente graduado. 567

Extrato de contrato nº 5/2017:

Contratando João Tavares Lopes, licenciado em direito, para prestação de serviços na modalidade de avença, no Instituto Universitário de Educação. 567

Extrato de contrato nº 6/2017:

Contratando Albertina Silva Fortes, licenciada em contabilidade, para prestação de serviços na modalidade de avença, no Instituto Universitário de Educação. 567

MINISTÉRIO DA CULTURA E DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS:***Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 534/2017:**

Nomeando a equipa a quem cabe a implementação, coordenação e avaliação do programa BA – Cultura. 567

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL:***Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 535/2017:**

Autorizando, Carlos Maria Lima, médico geral, do quadro pessoal do pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em situação de licença sem vencimento de longa duração a regressar ao serviço. 567

Extracto de despacho nº 536/2017:

Nomeando provisoriamente, Aquino Andrade Fernandes, médico geral, especialista em dermatologia no quadro do pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social. 568

Extracto de despacho nº 537/2017:

Colocando, Paulo Jorge Rodrigues da Graça, médico geral, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, exercendo a função de Director de Serviço da Comunidade Terapêutica Granja de São Filipe (CTGSF) em regime de dedicação exclusiva. 568

Extracto de despacho nº 538/2017:

Exonerando do cargo, Brígida Pinto Semedo de Carvalho, enfermeira graduada, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social. 568

Extracto de despacho nº 539/2017:

Destacando, Jacira Patrícia Mendonça dos Santos Varela, médica geral, pessoal do quadro da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social em serviço na Delegacia de Saúde de São Miguel, para exercer as suas funções na Delegacia de Saúde da Praia. 568

Extracto de despacho nº 540/2017:

Concedendo, Paula Tatiana Monteiro Miranda, apoio operacional nível I, Contratada do Hospital Dr. Agostinho Neto, após parecer favorável do referido Hospital, licença sem vencimento. 568

Extracto de despacho nº 541/2017:

Autorizando a permutarem entre si os seus postos de trabalho as enfermeiras Ana Cristina Tavares Pereira Correia, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto e Lucialina Filipa Alves Tavares, em serviço na Delegacia de Saúde de São Filipe (RSFB), ambos do quadro da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social. 568

Extracto de despacho nº 542/2017:

Dando por finda a comissão de serviço da médica graduada, Vaneusa Correia Rodrigues Borges, por ter terminado a sua especialização em ginecologia, obstetrícia e medicina fetal. 568

Extracto de despacho nº 543/2017:

Dando por finda a comissão de serviço da médica geral Dália Maíra Pereira Rodrigues Monteiro, no cargo da Directora do Hospital Regional de Santiago Norte. 568

	<p>Extracto de despacho nº 544/2017:</p> <p>Promovendo, Orlando Pereira Dias, médico assistente, do quadro da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, à categoria de médico principal. 568</p> <p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE:</p> <p><i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i></p> <p>Extracto de despacho nº 545/2017:</p> <p>Transitando para pessoal de apoio operacional nível VI, os funcionários, Isabel Pereira da Silva Carvalho, Natalina Monteiro Lopes das Neves Varela, Arlinda da Silva Santos Less, Rita Maria Inês, Egídio João Delgado e Adriano Humberto Magno Soares. 568</p> <p>Extracto de despacho nº 546/2017:</p> <p>Transitando para o cargo de assistente técnico os funcionários, Faustino Dinis Gomes Yalá, Reinaldo Monteiro Rodrigues e Guilherme João Pires. 569</p> <p>Extracto de despacho nº 547/2017:</p> <p>Concedendo licença sem vencimento, ao Silvano Jaquelino Semedo Tavares, apoio operacional nível II da Delegação da Praia/São Domingos do M.A.A. 569</p> <p>Rectificação nº 68/2017:</p> <p>Retificando extrato de despacho referente a licença sem vencimento do técnico, Adilson Cesar Fortes Dias Melício. 569</p>
PARTE E	<p>INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO:</p> <p><i>Conselho de Administração:</i></p> <p>Extracto de despacho nº 548/2017:</p> <p>Contratando Maria de Fátima Lima Dias, para desempenhar funções de técnico nível I, no Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género. 569</p>
PARTE I I	<p>ASSEMBLEIA NACIONAL:</p> <p>Anúncio de concurso nº 21/2017:</p> <p>Tornando público a lista de classificação final dos candidatos ao concurso de ingresso para a área de Comunicação do Núcleo Museológico da Direcção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar, para o preenchimento de uma vaga de técnico parlamentar de 2ª classe (licenciatura) do quadro do pessoal da Assembleia Nacional. 570</p> <p>Anúncio de concurso nº 22/2017:</p> <p>Tornando público a lista de classificação final dos candidatos ao concurso de ingresso para a área de Edições da Direcção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar, para o preenchimento de uma vaga de técnico parlamentar de 2ª classe (licenciatura) do quadro do pessoal da Assembleia Nacional. 570</p> <p>Anúncio de concurso nº 23/2017:</p> <p>Tornando público a lista de classificação final dos candidatos ao concurso de ingresso para a área de Realização da Divisão de Redacção e Audiovisual da Direcção de Serviços Parlamentares, para o preenchimento de uma vaga de técnico parlamentar de 2ª classe (licenciatura) do quadro do pessoal da Assembleia Nacional. 570</p>

PARTE B**ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretaria-Geral**

Extracto do despacho nº 507/2017 – De S. Exª o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional, no uso das competências delegadas por despacho de S. Exª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 5 de abril de 2017:

António Monteiro Teixeira, telefonista, referência 2, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, nos termos do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2017.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 7 de Abril de 2017. – A Secretária-Geral, *Marlene Brito Barreto Almeida Dias*.

PARTE C**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS****Gabinete do Ministro****Despacho nº 33/2017**

Através do Despacho nº 25/2017, publicado no *Boletim Oficial* II Série nº 15, de 27 de março, foram designados os dois membros, restantes, da Comissão de Avaliação e Negociação, da responsabilidade do membro do governo responsável pela área das finanças, criada pela Lei nº 86/VI/2005, de 26 de dezembro, conhecida por Lei de Reconciliação Nacional.

Convindo criar as condições para o funcionamento eficiente e regular dessa Comissão por forma a responder aos objetivos para que fora criada, determino o seguinte:

1. A Comissão é presidida pelo Diretor Geral do Património do Estado e Contratação Pública, do Ministério das Finanças.
2. A Comissão deve aprovar o seu Regulamento Interno na sua primeira reunião após a sua criação.
3. O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Ministro das Finanças, na Praia, aos 4 de abril de 2017.
— O Ministro, *Olavo Correia*.

Direção Nacional da Administração Pública

Extracto de despacho nº 508/2017 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 20 de outubro de 2016:

Eduardo Fernandes Moreira, professor do ensino básico assistente nível I referência 7, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 837.468\$00 (oitocentos e trinta e sete mil quatrocentos e sessenta e oito escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 30 anos, 6 meses e 10 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 13 de maio de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 15 anos.

O montante em dívida no valor de 353.748\$00 (trezentos e cinquenta e três mil setecentos e quarenta e oito escudos), poderá ser amortizado em 106 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2.838\$00 e as restantes de 3.342\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de março de 2017).

Extracto de despacho nº 509/2017 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 3 de fevereiro de 2017:

Cesária Antónia Rocha, apoio operacional nível II do quadro de pessoal do Ministério da Justiça e Trabalho – aposentada nos termos

do nº 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 444.192\$00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e dois escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de agosto de 2016 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 anos, 2 meses.

O montante em dívida no valor de 12.600\$00 (doze mil e seiscentos escudos), poderá ser amortizado em 9 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1400\$00 e as restantes de 1.400\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 29 de março de 2017).

Extracto de despacho nº 510/2017 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 17 de fevereiro de 2017:

Joana Lopes Furtado, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Miguel Mendes Furtado, ex-assistente administrativo, falecido a 29 de Novembro de 2016, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, e 70º nº 1 alínea *d*) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 137.832\$00 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e dois escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva 91.884\$00

Filha menor:

Mirian Romiriam Furtado Mendes..... 45.948\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 29 de Novembro de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 511/2017 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 17 de fevereiro de 2017:

Deusa Maria Mendes Furtado, na qualidade de filha maior de Miguel Mendes Furtado, ex-assistente administrativo, falecido a 29 de Novembro de 2016, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, e 70º nº 1 alínea *d*) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 45.948\$00 (quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha maior:

Deusa Maria Mendes Furtado 45.948\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 29 de Novembro de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 27 de março de 2017).

Extracto de despacho nº 512/2017 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 20 de fevereiro de 2017:

Maria Dias Morais, ajudante de serviços gerais referência 1, escalão I, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional – aposentada nos

termos do nº 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 441.588\$00 (quatrocentos e quarenta e um mil quinhentos e oitenta e oito escudos), sujeita à retificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho nº 513/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 7 de março de 2017:

Crispino Fernandes Furtado, ex-conferente do quadro de pessoal da Capitania dos Portos de Sotavento – aposentado nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 10 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de fevereiro de 2017 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 9 anos, 7 meses e 6 dias.

O montante em dívida no valor de 103.680\$00 (cento e três mil seiscentos e oitenta escudos), poderá ser amortizado em 110 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 893\$00 e as restantes de 943\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 31 de março de 2017).

Extracto de despacho nº 514/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

António da Graça Baía, professor do ensino básico assistente do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 879.828\$00 (oitocentos e setenta e nove mil oitocentos e vinte e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 9 de novembro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 2 meses e 6 dias.

O montante em dívida no valor de 197.995\$00 (cento e noventa e sete mil novecentos e noventa e cinco escudos), poderá ser amortizado em 57 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.451\$00 e as restantes de 3.474\$00.

Extracto de despacho nº 515/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

Alcinda Mendes Furtado, professor do ensino básico assistente do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com

o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 712.812\$00 (setecentos e doze mil oitocentos e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de novembro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 25 anos, 3 meses e 14 dias.

O montante em dívida no valor de 477.476\$00 (quatrocentos e setenta e sete mil quatrocentos e setenta e seis escudos), poderá ser amortizado em 244 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.925\$00 e as restantes de 1.957\$00.

Extracto de despacho nº 516/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

João Carlos Tancredo, monitor especial referência 1, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 219.036\$00 (duzentos e dezanove mil e trinta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 25 anos e 2 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 14 de agosto de 2003 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 24 anos, 4 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 304.338\$00 (trezentos e quatro mil trezentos e trinta e oito escudos), poderá ser amortizado em 160 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.920\$00 e as restantes de 1.920\$00.

Extracto de despacho nº 517/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

Maria Helena Almeida Correia, professora do ensino básico assistente do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 800.220\$00 (oitocentos mil duzentos e vinte escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 30 de novembro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos e 17 dias.

O montante em dívida no valor de 252.548\$00 (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito escudos), poderá ser amortizado em 76 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.898\$00 e as restantes de 3.342\$00.

Extracto de despacho nº 518/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

Domingas Lopes de Brito Veiga, professora do posto escolar do quadro de pessoal da Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º,

nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 333.408\$00 (trezentos e trinta e três mil quatrocentos e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 30 de novembro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 22 anos 3 meses e 20 dias.

O montante em dívida no valor de 299.025\$00 (duzentos e noventa e nove mil e vinte e cinco escudos), poderá ser amortizado em 215 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 923\$00 e as restantes de 1393\$00.

Extracto de despacho nº 519/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

Ana Maria Ramos Lopes e Castro, professora primária do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 370.404\$00 (trezentos e setenta mil quatrocentos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 9 de dezembro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 24 anos, 8 meses e 10 dias.

O montante em dívida no valor de 443.906\$00 (quatrocentos e quarenta e três mil novecentos e seis escudos), poderá ser amortizado em 240 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.278\$00 e as restantes de 1.852\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 3 de abril de 2017).

Extracto de despacho nº 520/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

Celina Mendes Cabral Baptista, professora do ensino básico assistente do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 846.744\$00 (oitocentos e quarenta e seis mil setecentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 26 de outubro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 25 anos, 2 meses.

O montante em dívida no valor de 105.641\$00 (cento e cinco mil seiscentos e quarenta e um escudos), poderá ser amortizado em 80 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.282\$00 e as restantes de 1321\$00.

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Extracto de despacho nº 521/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 14 de março de 2017:

Orlando Tavares Almeida Pires, apoio operacional nível II do quadro de pessoal do Câmara Municipal da Praia – aposentado nos termos do nº 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 365.112\$00 (trezentos e sessenta e cinco mil cento e doze escudos), sujeita à retificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 22 de abril de 2015 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 31 anos, 6 meses.

O montante em dívida no valor de 519.372\$00 (quinhentos e dezanove mil trezentos e setenta e dois escudos), poderá ser amortizado em 300 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.803\$00 e as restantes de 1.731\$00.

É revisto o despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competências de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* nº 51 de 23 de outubro de 2015.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.13.30 pensão e Aposentação do Orçamento vigente na Câmara Municipal da Praia.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 4 de abril de 2017).

Extracto de despacho nº 522/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 16 de março de 2017:

Mário Ferreira Lopes Camões, Embaixador de nível I do quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 2.680.644\$00 (dois milhões seiscentos e oitenta mil seiscentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho nº 523/2017 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 16 de março de 2017:

Maria Margarida da Fonseca Rodrigues, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Timóteo dos Reis Contina, ex-apoio operacional, falecido a 29 de Fevereiro de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, e 70º nº 1 alínea *d*) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 58.680\$00 (cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva 58.680\$00

Tem a pagar a quantia de 146.100\$00 quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Sobrevivência que serão amortizadas em 163 prestações sendo a primeira no valor de 300\$00 e os restantes no valor de 900\$00 mensais e consecutivos.

Este despacho produz efeitos a partir de 29 de Fevereiro de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 29 de março de 2017).

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 17 de abril de 2017. – O Director Nacional, *Guevara da Cruz*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO

**Direcção Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extracto de despacho nº 524/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 6 de Dezembro de 2016:

Risolena Benholiel, licenciada, em direito é nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo da Delegada da Direcção-Geral do Trabalho, com colocação, na Delegação Regional do Sal, nos termos do nº 3 do artigo 14º, do Decreto-lei nº 47/2016, de 27 de Setembro conjugado, com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2016.

Extracto de despacho nº 525/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 6 de Dezembro de 2016:

António Delgado dos Reis, licenciado, em direito, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo do Delegado da Direcção-Geral do Trabalho, com colocação, na Delegação Regional de São Vicente, nos termos do nº 3 do artigo 14º, do Decreto-lei nº 47/2016, de 27 de Setembro conjugado, com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2016.

Os encargos correspondentes são suportados pela rúbrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro da Direcção-Geral do Trabalho, do Ministério da Justiça e Trabalho.

Extracto de despacho nº 526/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 8 de Dezembro de 2016:

Carlos Manuel Santos Soares, licenciado, em direito é nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo do Delegado da Inspeção-Geral do Trabalho, na Delegação Regional do Sal, nos termos do nº 1 do artigo 11º e do artigo 30º, do Decreto-lei nº 13/2012, de 4 de Maio conjugados, com o disposto, no artigo 9º, do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir do dia 3 de Janeiro de 2017.

O encargo correspondente são suportado pela rúbrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro da Inspeção Geral do Trabalho, do Ministério da Justiça e Trabalho.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 3 de Abril de 2017).

Extracto de despacho nº 527/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 14 de Fevereiro de 2017:

Kátia Helena dos Reis Almeida, técnica nível I, do quadro do pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, licenciada, em direito é, nomeada, em regime de substituição por urgente conveniência de serviço para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Diretora de Serviço do Gabinete de Promoção da Cidadania e do Acesso ao Direito (GPCIAD), da Direcção Geral de Política de Justiça, do Ministério da Justiça e Trabalho, nos termos do disposto, no artigo 33º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos imediatos.

Extracto de despacho nº 528/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 14 de Fevereiro de 2017:

Álvaro Domingos Bento, técnico nível I, do quadro do pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, licenciado, em direito é, nomeado, em regime de substituição por urgente conveniência de serviço para exercer em comissão ordinária de serviço, o Cargo de Diretor de Serviço do Gabinete de Estudos, Planeamento Estratégico e Cooperação Institucional (GEPEC), da Direcção Geral de Política de Justiça, do Ministério da Justiça e Trabalho, nos termos do disposto, no artigo 33º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos imediatos.

Os encargos correspondentes são suportados pela rúbrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro da Direcção Geral de Política de Justiça, do Ministério da Justiça e Trabalho.

Extracto de despacho nº 529/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 17 de Fevereiro de 2017:

Odair António Dias Pedro, sociólogo, nomeado por conveniência de serviço para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Diretor-adjunto, da Cadeia Central de São Vicente, nos termos do disposto, no artigo 9º conjugado, com o n.º 1 do artigo 26º, todos, do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos imediatos.

Extracto de despacho nº 530/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 17 de Fevereiro de 2017:

Leila da Conceição Lopes Cardoso, licenciada, em ciências sociais, nomeada por conveniência de serviço para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo da Diretora da Cadeia Regional de Ponta do Sol, nos termos do disposto, no artigo 9º, conjugado com o n.º 1, do artigo 26º, todos do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos imediatos.

Os encargos correspondentes são suportados pela rúbrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro da Direcção Geral dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social, do Ministério da Justiça e Trabalho. – (Visados pelo Tribunal de Contas, aos 3 de Abril de 2017).

Extracto de contrato de trabalho a termo certo nº 4/2017:

De 9 de Janeiro de 2017:

Grace Elízia Lopes do Rosário, licenciada, em psicologia - ramo organizacional, candidata aprovada, em concurso, externo para recrutamento e a seleção, de dois técnicos, nível I é contratada, nos termos da 1ª parte, do nº 1 do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de Agosto e das disposições combinadas, da 1ª parte, do nº 1, do artigo 49º, da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho e do nº 1 do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro para desempenhar, em regime de estágio probatório, as funções adequadas ao conteúdo funcional, do cargo de técnico, nível I, da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Justiça e Trabalho, com efeitos a partir da publicação, no *Boletim Oficial*.

O encargo, resultante da presente contratação são, suportados pelo centro de custo, 40.10.15.05 – MJT – Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Orçamento, do Ministério da Justiça e Trabalho, com a rúbrica 02.01.01.01.03 – pessoal contratado. – (Visado pelo Tribunal de Contas, aos 3 de Abril de 2017).

Direcção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, da Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça e Trabalho, na Praia, aos 13 de Abril de 2017. – O Diretor de serviço p/s), José Maria C. Furtado.

Direcção Nacional da Polícia Judiciária

Extracto de despacho conjunto nº 531/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho e S. Ex^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidade:

De 27 de março de 2017:

Por despacho de S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, datada de 27 de Março, é concedida a prorrogação de licença sem vencimento a, Virgílio Lopes Varela, Coordenador de Investigação Criminal de nível III, para exercício de funções com carácter precário em organismo internacional, ao abrigo do disposto no artigo 63.º, e nos termos previsto no artigo 60.º alínea a) todos do Decreto-Lei n.º 3/2010 de 8 de Março, por mais sete meses, com início em 6 de Outubro de 2016.

O Departamento dos Recursos Humanos Financeiro e Patrimonial, na Praia, ao 11 de abril de 2017. – O Director Departamento R.H.F.P., *Alfredo Isidoro Araújo de Pina*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Universitário da Educação

Extrato de despacho nº 532/2017 – De S. Ex^a a Ministra de Educação:

De 14 de março de 2017.

Fernanda Maria de Brito Vera-Cruz Pinto, professora, assistente graduado, referência III, escalão B, do quadro definitivo da Escola de Formação de Professores da Praia promovida à categoria de assistente coordenador referência IV, escalão B, nos termos do artigo 7º, da Lei 85/III/90 de 6 de outubro e a alínea a) do artigo 14º do Decreto-Lei 82/2005 de 12 de dezembro, com efeitos a partir de março de 2017.

Extrato de despacho nº 533/2017 – De S. Ex^a a Ministra de Educação:

De 14 de março de 2017.

Jorge Humberto Duarte, professor assistente, referência II, escalão A, do quadro definitivo da Escola de Formação de Professores do Mindelo, promovido à categoria de assistente graduado referência III, escalão A, nos termos do artigo 10º, alíneas a) e b) do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de julho.

Extracto de contrato de prestação de serviço nº 5/2017:

Nos termos dos artigos 32º, 33º, nº 1 al. b) e 34º, todos da Lei nº 102/IV/93 de 31 de dezembro, é contratado João Tavares Lopes, Licenciado em Direito, para prestação de serviços na modalidade de avença, no Instituto Universitário de Educação.

O presente contrato é válido por um período de doze meses, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

O encargo resultante do presente contrato têm cabimento na rubrica 02.02.02.01.03.01 – Assistência Técnica Residentes do Orçamento de Funcionamento do Instituto Universitário de Educação.

Extracto de contrato de prestação de serviço nº 6/2017:

Nos termos dos artigos 32º, 33º, nº 1 al. b) e 34º, todos da Lei Nº 102/IV/93 de 31 de dezembro, é contratada Albertina Silva Fortes, Licenciada em Contabilidade, para prestação de serviços na modalidade de avença, no Instituto Universitário de Educação.

O presente contrato tem a duração de um ano renovável por igual período, caso nenhuma das partes o denunciar no período de trinta dias.

O encargo resultante do presente contrato têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.04 – Pessoal em Regime de Avença do Orçamento de Funcionamento do Instituto Universitário de Educação.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 12 de abril de 2017)

Instituto Universitário de Educação, na Praia, aos 18 de março de 2017. – O Presidente, *António Tavares de Jesus*.

—oço—

MINISTÉRIO DA CULTURA E DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato de despacho nº 534/2017 – De S. Ex^a o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas:

De 17 de Abril de 2017:

É nomeado a equipa a quem cabe a implementação, coordenação e avaliação do programa BA – Cultura, ao abrigo do disposto no artigo 6º do despacho nº 9/2017, de 15 de Março, publicado no *Boletim Oficial* nº 17, II Série, de 6 de Abril de 2017:

- Dr.ª Indira Gandy Monteiro Lima – Coordenadora
- Cátia Pina Alves
- Zenaida Varela
- Maria Eduarda Vieira

A referida equipa conta ainda com o apoio técnico e administrativa do Gabinete do Ministro da Cultura e das Industrias Criativas.

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Cultura e das Industrias Criativas, na Praia, aos 18 de Abril de 2017. – O Director Administrativo e Financeiro, *Adelino Lopes Monteiro*.

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 535/2017 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 6 de Novembro de 2016:

Carlos Maria Lima, medico geral, escalão IV índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado a regressar ao serviço, ao abrigo do artigo 53º, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

As despesas serão suportadas pela rubrica 02.01.01.03.05 – Reingresso, inscrita no Orçamento de Funcionamento do Ministério da Saúde e da Segurança Social. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 2017).

Extracto de despacho n.º 536/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 4 de janeiro de 2017:

Aquino Andrade Fernandes, médico geral escalão IV, índice 100, especialista em dermatologia, nomeado provisoriamente no quadro do pessoal da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data de Despacho, por urgente conveniência de serviço.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 2017).

Extracto de despacho n.º 537/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 10 de abril de 2017:

Paulo Jorge Rodrigues da Graça, médico geral, escalão IV índice 100, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério de Saúde e da Segurança Social, exercendo a função de Diretor de serviço da Comunidade Terapêutica Granja de São Filipe (CTGSF), colocado em regime de dedicação exclusiva, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Regulamentar n.º 24/97, de 31 de Dezembro.

Extracto de despacho n.º 538/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 10 de abril de 2017:

Brígida Pinto Semedo de Carvalho, enfermeira graduada, escalão IV, índice 130 do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, concedida licença sem vencimento de longa duração desde 1 de Outubro de 2013, exonerada do cargo, ao abrigo do artigo 28 n.º 1 alínea d) e n.º 2 do diploma que define o regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública, Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, a partir de 1 de Julho de 2017.

Extracto de despacho n.º 539/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 10 de abril de 2017:

Jacira Patrícia Mendonça dos Santos Varela, médica geral, escalão IV, índice 100 pessoal do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde de São Miguel, destacada para exercer as suas funções na Delegacia de Saúde da Praia, a partir de 30 de Janeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 e seguintes do artigo 9.º de decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto de despacho n.º 540/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 10 de abril de 2017:

Paula Tatiana Monteiro Miranda, apoio operacional nível I, contratada do Hospital Dr. Agostinho Neto, após parecer favorável do referido Hospital, concedida licença sem vencimento de 1 (um) ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de Março de 2017.

Extracto de despacho n.º 541/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 10 de abril de 2017:

Ana Cristina Tavares Pereira Correia, enfermeira geral, escalão V, índice 100, pessoal do quadro da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto e Lucialina Filipa Alves Tavares, enfermeira geral, escalão V, índice 100, pessoal do quadro da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde de São Filipe (RSFB), ilha do Fogo, autorizadas a permutarem entre si os seus postos de trabalho, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto de despacho n.º 542/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 10 de abril de 2017:

É dada por finda a comissão de serviço da médica Graduada, Escalão IV, Índice 120, Vaneusa Correia Rodrigues Borges, por ter terminado a sua especialização em ginecologia, obstetrícia e medicina fetal, com efeitos a partir de 20 de Março de 2017, nos termos do disposto do artigo 13.º do Decreto-lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro.

Extracto de despacho n.º 543/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 13 de abril de 2017:

É dada por finda, a comissão de serviço da médica geral escalão IV índice 100, Dália Maira Pereira Rodrigues Monteiro, no cargo de Directora do Hospital Regional de Santiago Norte, com efeitos a partir de 1 Março de 2017, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro.

Extracto de despacho n.º 544/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 13 de abril de 2017:

Orlando Pereira Dias, médico assistente, escalão IV, índice 155 do quadro da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, promovido à categoria de médico principal, escalão IV, índice 175, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro que regula a carreira médica, conjugado com a Lei n.º 35/V/97, de 25 de Agosto que regula o Estatuto dos Deputados.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, na Praia, aos 17 de Abril de 2017. – A Directora Geral, *Serafina Alves*.

—oço—

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto de despacho n.º 545/2017 – De S. Ex.ª o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 10 de março de 2017:

Isabel Pereira da Silva Carvalho, pessoal de apoio operacional nível V, quadro da DGPOG do Ministério da Agricultura e Ambiente, enquadrado no cargo de apoio operacional nível VI, nos termos do artigo 82.º do PCCS - Decreto-lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro.

Natalina Monteiro Lopes das Neves Varela, pessoal de apoio operacional nível V, quadro da DGPOG do Ministério da Agricultura e Ambiente, enquadrado no cargo de apoio operacional nível VI, nos termos do artigo 82º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

As despesas têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do quadro – no centro de custo 40.10.20.03.01 – Funcionamento da DGPOG do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Arlinda da Silva dos Santos Less, pessoal de apoio operacional nível II, quadro da DGASP do Ministério da Agricultura e Ambiente, enquadrado no cargo de apoio operacional nível VI, nos termos do artigo 82º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

Rita Maria Inês, pessoal de apoio operacional nível IV, quadro da DGASP do Ministério da Agricultura e Ambiente, enquadrado no cargo de apoio operacional nível VI, nos termos do artigo 82º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

As despesas têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do quadro – no centro de custo 40.10.20.05.03 – Funcionamento da DGASP do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Egídio João Delgado, pessoal de apoio operacional nível II, contratado do Ministério da Agricultura e Ambiente, em efetividade serviço na Delegação de Santa Catarina, enquadrado no cargo de apoio operacional nível VI, nos termos do artigo 82º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do quadro – no centro de custo 40.10.20.03.04.01 – Funcionamento da Delegação – Santa Catarina do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Adriano Humberto Magno Soares, pessoal de apoio operacional nível IV, contratado do Ministério da Agricultura e Ambiente, em efetividade serviço na Delegação de São Vicente, enquadrado no cargo de apoio operacional nível VI, nos termos do artigo 82º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do quadro – no centro de custo 40.10.20.03.03.01 – Funcionamento da Delegação – São Vicente do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Extracto de despacho nº 546/2017 – De S. Exª o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 10 de março de 2017:

Faustino Dinis Gomes Yalá, pessoal de apoio operacional nível II, contratado da Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério da Agricultura e Ambiente, transita para o cargo de assistente técnico nível VI, nos termos do artigo 21º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

Reinaldo Monteiro Rodrigues, pessoal de apoio operacional nível IV, contratado da Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, do Ministério da Agricultura e Ambiente, transita para o cargo de assistente técnico nível VI, nos termos do artigo 21º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

As despesas têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do quadro – no centro de custo 40.10.20.05.03. – Funcionamento da DGASP-Implementação de Políticas e Promoção do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Guilherme João Pires, pessoal de apoio operacional nível III, quadro do Ministério da Agricultura e Ambiente, em efetividade serviço na Delegação de São Vicente, transita para o cargo de assistente técnico nível VI, nos termos do artigo 21º do PCCS - Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do quadro – no centro de custo 40.10.20.03.03.01 – Funcionamento da Delegação – São Vicente do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Extracto de despacho nº 547/2017 – De S. Exª o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 30 de março de 2017:

Silvano Jaquelino Semedo Tavares, pessoal de apoio operacional nível II, contratado do Ministério da Agricultura e Ambiente, prestando serviços na Delegação dos Concelhos da Praia e São Domingos, concedida, nos termos do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 22 de Março de 2017.

Rectificação nº 68/2017:

Por ter sido publicado de forma inexato no *Boletim Oficial*, II Série n.º 17, de 6 de Abril de 2017, o extrato do despacho referente a licença sem vencimento do técnico nível I – Adilson César Fortes Dias Melicio, pelo que se retifica na parte que interessa:

Onde se lê:

Adilson César Fortes Dias Melicio, Técnico Sénior nível I, quadro...

Deve ler-se:

Adilson César Fortes Dias Melicio, técnico nível I, quadro...

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 13 de Abril de 2017. – A Directora de Serviços, *Marlice Robalo Cabral*.

PARTE E

INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO

Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros

Extrato de despacho nº 548/2017 – De S. Exª Presidente do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género:

De 1 de março de 2017:

Maria de Fátima Lima Dias, mestre em serviço social, contratada para desempenhar funções de técnico nível I, no Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género, com efeito a partir de 1 de março de 2017.

A despesa tem cabimento na rubrica 40.10.17.03.02 - ICIEG - Gestão da Política de Igualdade do Género.

Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género, 1 de março de 2017 – A Directora dos Serviços Administrativos e Financeira – *Maria Balbina Gonçalves*.

PARTE I 1**ASSEMBLEIA NACIONAL****Anúncio de concurso nº 21/2017**

Concurso externo para o preenchimento de 1 (uma) vaga no cargo de técnico parlamentar de segunda classe (licenciatura) do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, publicado no *Boletim Oficial* n.º 62, II Série, de 29 de dezembro de 2016 - (Área de Comunicação para o Núcleo Museológico).

Lista de classificação final

Candidatos	Classificação final
Darlene Duarte Almeida	16.85
Luína Hilda Lima Alves David Soares	15.89
Dóris Jovenina Pires da Luz	15.12
Dulcelina Martins Tavares	15.01
Verónica Ramos Oliveira Custódio	14.71
Maria Madalena Varela Martins	14.50
Stevenn Mauricio Lima Silva	14.38
Nélida Monteiro da Silva Alves	14.35
Mirian Benair Fernandes Lopes Semedo	14.32
Hélida Regina Moreno Barros	13.71
Káthia Samise Correia Mendes	13.66
Ana Isa Pereira Semedo Pinto	13.41
Maria José Correia Varela	10.93
Nícia Celcy Brito Tavares	10.80
Maísa de Jesus Cabral Furtado	9.55
Leila Cristina Gomes Fortes	9.09

Assembleia Nacional, Praia, aos 3 de Abril de 2017. – O Júri, *Raúl Jorge Alves Monteiro Pina*, Presidente

Anúncio de concurso nº 22/2017

Concurso externo para o preenchimento de 1 (uma) vaga no cargo de técnico parlamentar de segunda classe do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, para a área de Edições na Direção de Serviço de Documentação e Informação Parlamentar, publicado no *Boletim Oficial* n.º 62, II Série, de 29 de dezembro de 2016.

Lista de classificação final

Candidatos	Classificação Final
Helton Gil Rodrigues Galina Monteiro	16,41
Claudino José Pereira Moreira	12,42
Maísa de Jesus Cabral Furtado	12,26

Assembleia Nacional, Praia, aos 4 de Abril de 2017. – O Júri, *José António Sanches Correia* Presidente.

Anúncio de concurso nº 23/2017

Concurso externo para o preenchimento de 1 (uma) vaga no cargo de técnico parlamentar de segunda classe do quadro do pessoal da Assembleia Nacional para a área de Realização na Divisão de Redação e Audiovisual da Direção de Serviços Parlamentares, publicado no *Boletim Oficial* n.º 62, II Série, de 29 de dezembro de 2016.

Lista de classificação final

Candidatos	Classificação final
Josibél Delgado Lucas	17,9875

Assembleia Nacional, Praia, 3 de Abril de 2017. – O Presidente do Júri, *Mário Benvindo Cabral* Presidente.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de publicação da sociedade n° 135/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de cessão de quotas, alteração da denominação nomeação do gerente da sociedade comercial por quota, denominada "IL GUSTO, LDA" 88

Extracto de publicação da sociedade n° 136/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de cessão de quotas da sociedade comercial unipessoal, denominada "TITANIC, LDA" 88

Extracto de publicação da sociedade n° 137/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, uma sociedade comercial por quotas, firma "AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E ENGENHARIAS, LDA" 88

Extracto de publicação da sociedade n° 138/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de substituição/nomeação da gerência e alteração de forma de obrigar da sociedade comercial por quotas denominada "KML GESTÃO & SERVIÇOS, LDA" 89

Extracto de publicação da associação n° 139/2017:

Certifica para os efeitos de publicação que foi constituída uma associação denominada "GRUPO RECREATIVO E CULTURAL "FUND DE NHO DJÓ" 89

Extracto de publicação da associação n° 140/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação que foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada "SINDICATO LIVRE DOS TRABALHADORES DE SANTO ANTÃO – SLTSA" 89

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO****Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação****Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia****Extracto de publicação de sociedade nº 135/2017:**

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas, alteração da denominação nomeação do gerente da sociedade comercial por quota, denominada “IL GUSTO, LDA”, com sede na Avenida Cidade de Lisboa, Cidade da Praia e o capital social de 27.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1889/2005/10/10.

CEDENTE:

Nome: Luigi Zirpoli.

Estado Civil: Casado em regime de comunhão bens de adquiridos com Carla Giansanti

Residência: Monte Babosa, Cidade da Praia.

Nif: 101977101.

QUOTA TRANSMITIDA: 13.500.000\$00 (treze milhões e quinhentos mil escudos).

CESSIONÁRIO:

Nome: Gian Franco Marcolin.

Estado Civil: casado no regime de separação de bens com Viviana Fernandes do Rosário.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

Nif: 152158731.

RENUNCIA:

Nome: Luigi Zirpoli.

Cargo: Gerente.

Efeitos: A partir de 22-03-2017.

ARTIGOS ALTERADOS: 1º, 4º e 5º.

TERMOS DAS ALTERAÇÕES:

FIRMA: IL GUSTO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”.

SÓCIO E QUOTAS:

TITULAR: Gian Franco Marcolin.

QUOTAS: 27.000.000\$00.

GERENCIA:

NOME: Gian Franco Marcolin.

CARGO: Gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 7 de Março de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.**Extracto de publicação de sociedade nº 136/2017:**

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas da sociedade comercial unipessoal, denominada “TITANIC, LDA”, com sede na Prainha, Cidade da Praia e o capital social de 6.000.000\$00 (seis milhões de escudos), matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 29200/2016/01/26.

CEDENTE:

Nome: Gian Franco Marcolin.

Estado Civil: Casado com Adalgisa Socorro Pereira.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

Nif: 152158731.

QUOTA TRANSMITIDA: 3.000.000\$00 (três milhões de escudos).

CESSIONÁRIO:

Nome: Carla Giansanti

Estado Civil: casada em regime de comunhão de bens adquiridos com Luigi Zirpoli.

Residência: Itália.

Nif: 161087361.

ARTIGOS ALTERADOS: 6º e 7º

TERMOS DE ALTERAÇÕES:**SÓCIO E QUOTAS:**

TITULAR: Carla Giansanti.

QUOTAS: 3.000.000\$00 (três milhões de escudos).

TITULAR: Luigi Zirpoli.

QUOTAS: 3.000.000\$00 (três milhões de escudos).

GERENTE:

NOME: Luigi Zirpoli.

CARGO: Gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 10 de Março de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.**Extracto de publicação de sociedade nº 137/2017:**

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E ENGENHARIAS, LDA”.

SEDE: Palmarejo, Rua Porto Novo - Cidade da Praia, podendo ser transferida para qualquer outro local.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Estudo de projetos; Fiscalização de obras; Avaliação de ativos e passivos nomeadamente: Fundos de investimento, Fundos de pensões, Seguradoras, Empresas cotadas e Empresas não cotadas.

CAPITAL: 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), encontrando-se totalmente realizado em dinheiro.

SÓCIOS/QUOTAS.

QUOTA: 40.000\$00 (quarenta mil escudos).

Titular: Paulo Pedro Rocha Dias.

Estado Civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

Nif: 105952281.

QUOTA: 10.000\$00 (dez mil escudos).

Titular: Sara Elizabeth de Jesus Tavares Gomes.

Estado Civil: solteira, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

Nif: 102945624.

GERÊNCIA:

Nome: Paulo Pedro Rocha Dias.

Cargo: Gerente.

FORMA DE OBRIGAR: A sociedade obriga-se pela assinatura do gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 13 de Março de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Extracto de publicação de sociedade nº 138/2017:

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de substituição/nomeação da gerência e alteração de forma de obrigar da sociedade comercial por quotas denominada “KML GESTÃO & SERVIÇOS, LDA,” com sede em Palmarejo na Cidade da Praia e o capital social de 500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2403/2007/06/08.

SUBSTITUIÇÃO:

Nome: Paulo Jorge Ferro Ribeiro de Oliveira Lima.

Nome: Elisete Lúcia Gonçalves Mascarenhas de Oliveira Lima.

NOMEAÇÃO:

Nome: Kesia Mascarenhas de Oliveira Lima.

Nome: Keila Mascarenhas de Oliveira Lima.

FORMA DE OBRIGAR: A sociedade obriga-se com a assinatura;

a) Dos dois sócios;

b) De um gerente e de um sócio, em todos os actos exceptuando os actos de aquisição, alienação e oneração de bens imobiliários.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 10 de abril de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Porto Novo

Extracto de publicação de associação nº 139/2017:

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CÁTIA SOFIA TEIXEIRA DE ANDRADE

EXTRACTO

Certifico, para os efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número 1) do artigo 9.º da lei número 25/VI/2003, que foi constituída nesta Conservatória e Cartório, uma associação denominada “GRUPO RECREATIVO E CULTURAL “FUND DE NHO DJÓ”, com sede social na Cidade do Porto Novo, Concelho do Porto Novo, Santo Antão, que tem por fins de entre outros:

Fomentar e promover a cultura, através de diversas espécies de tocatinas carnavalescas;

Dinamizar o carnaval de Porto Novo, Santo Antão;

Criação de escolas de preparação inicial e especializada de praticante das tocatinas;

Realização de intercâmbios entre os sócios e outros grupos de batucada;

Participar em quaisquer atividades culturais, recreativas e desportivas.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Porto Novo, aos 13 de abril de 2017. – A Conservadora/Notária: *Cátia Sofia Teixeira de Andrade*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Ribeira Grande na Cidade de Ponta do Sol

Extracto de publicação de associação nº 140/2017:

O CONSERVADOR-NOTÁRIO P/SUBSTITUIÇÃO, JOSÉ CARLOS BRANDÃO DE OLIVEIRA

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número 1) do artigo 9.º da lei número 25/VI/2003 de 21 de Julho, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “SINDICATO LIVRE DOS TRABALHADORES DE SANTO ANTÃO – SLTSA” Nif: 552572322, com sede Cidade da Ribeira Grande, tendo como Finalidade:

a) Unir e organizar os trabalhadores para a defesa intransigente dos seus direitos individuais e colectivos;

b) Apoiar e intervir na defesa dos direitos dos seus associados ou quaisquer processos de natureza disciplinar;

c) Apoiar e enquadrar pela forma mais adequada possível das reivindicações dos trabalhadores e definir as formas de luta mais aconselhadas para cada caso;

d) Defender as condições de vida dos trabalhadores visando a melhoria de qualidade de vida e de trabalho;

e) Lutar pelo desaparecimento progressivo das desigualdades salariais injustas, particularmente baseadas em qualquer forma de discriminação;

f) Promover e praticar na segurança e higiene nos locais de trabalho;

g) Defender e promover a formação profissional, bem como a formação permanente e a reconversão ou reciclagem e tempestiva, lutando assim contra o desemprego tecnológico;

h) Defender e promover a contratação colectiva como processo de defesa colectiva dos interesses dos trabalhadores e participação económica, baseados nos princípios de boa fé negocial e do respeito mútuo;

i) Promover e organizar os meios técnicos, humanos e logísticos, para assistir os seus associados, nomeadamente, os fundos da greve e da solidariedade;

- j) Defender os direitos da terceira idade e das condições de vida dos sócios e aposentados;
- k) Apoiar formas cooperativas de produção, distribuição e consumo para benefícios dos seus associados, princípios da democracia sindical, da liberdade sindical da tendência da solidariedade e outros contidos na declaração de princípios do sindicato.

ORGÃOS SOCIAIS:

Conselho de direcção:

Presidente: Adelino Eleutério da Luz,
Vice-Presidente: Arlinda Nascimento Sousa;
Secretário: João António Morais;
Secretária: Nélida Gomes da Graça;
Vogais: João Manuel Fernandes, Rosa Tereza Pinto e Sesaltino Fortes Andrade;
Suplentes: Júlio Rafael Lopes e Gilda dos Santos Maocha.

Secretariado permanente:

Secretário Permanente: Carlos Bartolomeu Lima Gomes,
Secretário Permanente Adjunto: Antão da Cruz Lopes;
Responsável Património e Finanças: Maria Nércia Lima Ramos Monteiro,

Secretária: Maria do Rosário Assunção da Cruz Fonseca;

Vogal: Luzia Maria Monteiro Costa;

Conselho de disciplina:

Presidente: Olívio Fernandes Nobre,
Vice-Presidente: Ronise Évora Fortes;
Secretária: Marlino Paixão dos Santos;

Concelho fiscalização e contas:

Presidente: Carlos Alberto Sousa;
Vice-Presidente: Cláudio Brito Rocha;
Secretário: João Augusto Monteiro Chanxo.

Representação: A SLTSA é representada pelo Presidente do Conselho Direcção;

Vinculação: A assinatura de dois membros do Secretariado, é suficiente para obrigar o Sindicato.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Ribeira Grande na Cidade de Ponta do Sol, aos 26 de Janeiro de 2017. – O Conservador-Notário, p/substituição, *José Carlos Brandão de Oliveira*.



**II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.